17ª CONFERÊNCIA PROFISSIONAL ANUAL E ASSEMBLEIA GERAL DOS

PARCEIROS EUROPEUS CONTRA A CORRUPÇÃO (EPAC/EACN)

PORTUGAL, 15 A 17 DE NOVEMBRO DE 2017

DECLARAÇÃO DE LISBOA DE 2017

Nós, os Presidentes e principais representantes dos Organismos de Controlo Policial (*Police Oversight Bodies* - POBs) nacionais e Autoridades Anticorrupção (*Anti-Corruption Authorities* - ACAs) dos Estados Membros do Conselho da Europa e da União Europeia, especialmente em tempos tão difíceis para Portugal, após os trágicos fogos florestais que recentemente tiveram lugar e que causaram perdas e sofrimentos a tantas pessoas,

Expressando a nossa gratidão à Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) de Portugal por ter generosamente acolhido e eficientemente organizado esta conferência;

Relembrando as convenções, instrumentos e mecanismos internacionais, em especial a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (*United Nations Convention against Corruption* - UNCAC) e o seu Mecanismo de Revisão de Implementação (*Implementation Review Mechanism*), convenções pertinentes do Conselho da Europa, o mecanismo de monitorização do GRECO e a Convenção contra a Corrupção (*Anti-Bribery Convention*) da OCDE;

Relembrando as Declarações da EPAC/EACN adotadas em Riga (2016), Paris (2015), Sofia (2014), Cracóvia (2013), Barcelona (2012), Laxemburgo (2011), Oradea (2010), Nova Gorica (2009), Manchester (2008), Helsínquia (2007), Budapeste (2006), Lisboa

(2005) e Viena (2004), e *agradecendo* ao Gabinete Federal Austríaco de Anticorrupção (BAK) por ter acolhido o Secretariado;

Reconhecendo que a corrupção é uma grave ameaça ao desenvolvimento e estabilidade, tendo consequências prejudiciais a todos os níveis da governação e minando a confiança pública na democracia e suas instituições;

Acolhendo com agrado a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (*2030 Agenda for Sustainable Development*) e *relembrando* o objetivo 16.5 que apela a todos os Estados para "Reduzirem substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas";

Acolhendo com agrado os resultados da 7ª Conferência dos Estados Parte na UNCAC em Viena e, especialmente, as resoluções adotadas nesta sessão;

Acolhendo com agrado a futura implementação de uma Procuradoria Europeia (European *Public Prosecutor's Office*) independente e eficaz como um passo da máxima importância para facilitar a investigação transfronteiriça e os procedimentos criminais nos casos de fraude e corrupção que afetam os interesses financeiros da EU;

Reiterando a necessidade de seguir uma abordagem holística e pormenorizada na luta contra a corrupção, baseada em enquadramentos exaustivos de prevenção e cooperação internacional eficaz entre os organismos responsáveis pela aplicação da lei;

Realçando a necessidade imperativa dos nossos membros satisfazerem as legítimas expectativas dos cidadãos no sentido de providenciarem soluções eficazes contra a corrupção;

Salientando a importância de fortalecer o funcionamento independente, transparente e eficaz das ACA e dos POB e tomar medidas para a necessária proteção dos funcionários

envolvidos nos esforços de anticorrupção e de controlo, de modo a assegurar que podem continuar a exercer as suas funções sem qualquer forma de pressão ou interferência;

Tendo em consideração o trabalho dos Grupos de Trabalho da EPAC/EACN, em particular os Grupos de Trabalho da EPAC/EACN "Eficácia e Eficiência dos Organismos de Controlo Policial" (*"Police Oversight Bodies' Effectiveness and Efficiency"*) e "Gestão do Risco e Análise do Risco" ("*Risk Management and Risk Analysis*"), bem como os resultados e conclusões dos painéis (*workshops*) e sessões plenárias da conferência de Lisboa:

- Recomendamos que cada POB providencie o desenvolvimento de departamentos de controlo interno e/ou auditoria, de modo a melhorar o funcionamento das forças policiais e o serviço prestado ao cidadão;
- Encorajamos os POB a levaram em consideração a utilização do "Manual de avaliação da eficácia/eficiência dos Organismos de Controlo Policial" (*"Handbook for evaluating the effectiveness/efficiency of Police Oversight Bodies"*) para uma melhoria do seu desempenho;
- Encorajamos todos os membros a efetuarem análises de risco e a implementarem a gestão do risco quando tal se revele adequado, em particular para aumentar a eficácia dos próprios ACA e POB;
- Assumimos o compromisso de distribuir o "Guia sobre Gestão do Risco de Integridade para as Autoridades Anticorrupção (ACA) e Organismos de Controlo Policial (POB)" (*"Guideline on Integrity Risk Management for Anti-Corruption Authorities – ACAs – and Police Oversight Bodies – POBs"*) pelos organismos nacionais relevantes; reconhecemos que este guia contribui para criar uma base partilhada para a promoção da integridade de organizações públicas; convidamos os

membros da EPAC/EACN a partilharem as suas experiências a este respeito no seio da EPAC/EACN;

- Acolhemos com agrado o progresso do Grupo de Trabalho da EPAC/EACN "*Big Data*, Aspetos Legais, Utilização de Bases de Dados" ("*Big Data, Legal Aspects, Use of Databases"*), criado pela Assembleia Geral em Riga, em novembro de 2016;
- Registamos que a Conferência Profissional Anual e Assembleia Geral de 2018 será organizada pelo Gabinete Federal Austríaco de Anticorrupção (BAK) na Áustria.

A Declaração será amplamente circulada pelos membros nos seus respetivos países e apresentada às instituições e organismos pertinentes da UE, do GRECO do Conselho da Europa e do UNODC.

Margarida Blasco

Inspetora-Geral da IGAI

(Assinatura)

Andreas Wieselthaler

Presidente da rede EPAC/EACN

(Assinatura)